

CONFERÊNCIAS

AULA INAUGURAL DA CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BIZANTINA NO COLÉGIO DE FRANÇA (*).

PAUL LEMERLE

Membro do Instituto de França.

Senhor Administrador,

Meus caros colegas,

Achareis, sem dúvida, justo que as primeiras palavras dêste agradecimento, e da minha lição inaugural nesta ilustre Casa, sejam para evocar a lembrança de Gabriel Millet, do qual assisti aqui o curso de história da arte bizantina a quase quarenta anos. Foi êsse, devo confessá-lo, o único curso que freqüentei neste Colégio. E para ir até o fim da minha confissão, acrescentarei que o magistral ensino, ministrado neste Colégio por Gabriel Millet, parecia-me mais o complemento das sessões de trabalho em tórno de uma mesa na Escola de Altos Estudos, no meio dos afrescos de Mistra, do que talvez devesse ser o contrário: o que convida à reflexão. Mas enfim, Gabriel Millet, admirável sábio em quem se aliavam a paixão da pesquisa, a originalidade da visão e o rigor do método, foi, se não me engano, o primeiro nesta Casa a fazer de Bizâncio o objeto de suas lições. Sua obra foi continuada, com o sucesso que sabeis, pelo seu discípulo, André Grabar. E eis que, pela minha vez, me apresento, certamente como bizantinista, mas não completamente como discípulo. A cadeira de Gabriel Millet conservava ainda a antiga designação de "Estética e História da Arte", mas, disso sou testemunha, seu titular fêz dela exclusivamente uma cadeira de história da arte bizantina. A de André Grabar recebeu o título mais adequado de "Arqueologia páleo-cristã e bi-

(*) . — Aula proferida em 8 de dezembro de 1967. Texto francês traduzido por Eurípedes Simões de Paula (Nota da Redação).

zantina”. O ensino que terei a honra de aqui ministrar será o de “História e civilização de Bizâncio”. Penso desenvolver êsse assunto com a mesma intensidade, da fundação até a queda de Constantinopla, cobrindo o mesmo espaço, transpondo quando for necessário as fronteiras do Império para o Ocidente e para a Ásia, para o mundo eslavo e para o mundo do Islão. Mas os monumentos das artes plásticas não serão os únicos e nem o seu principal objeto. Sem negligenciar, eu vos asseguro, pensarei mais em integrá-los, assim como os outros testemunhos do passado — como textos, documentos de arquivo, inscrições ou moedas — no conjunto dos materiais que o historiador de Bizâncio deve levar em conta no seu trabalho.

Essa grande questão das relações entre o estudo dos monumentos artísticos de um lado, a estética, e do outro a história, foi perfeitamente tratado aqui mesmo e na sua lição inaugural, pelo meu eminente colega René Huyghe. Ele pleiteava a autonomia da ciência da arte, da história das formas. Longe de mim a idéia de contestá-lo. Eu acredito, todavia, não injúriar à arte de Bizâncio, considerando-a de um outro ponto de vista: como de um dos componentes, essencial aliás, da civilização de Bizâncio. E foi para evitar qualquer amigüidade, ou uma interpretação restritiva, que no título da cadeia a palavra *civilização* figura ao lado do vocábulo *história*, ainda que êste último, bem compreendido, teria sido suficiente.

Meço a amplidão de minha ambição, a audácia de ter solicitado vossos votos, para um programa que desejaria fôsse uma síntese do ensino aqui ministrado em seu tempo por Charles Diehl e Gabriel Millet. Minha gratidão para convosco é ainda maior; e na pessoa do Sr. Administrador, endereço os meus agradecimentos a todos os professôres do Colégio pela confiança que tiveram em mim. No momento em que entro nesta sábia coorte, que me seja permitido evocar, para assegurar por essa própria evocação, as etapas da minha formação, da qual a última foi a Escola de Atenas, sem a qual certamente eu não estaria aqui — aqui onde tenho o prazer de encontrar de nôvo um “ateniense” eminente: Louis Robert; a Escola de Altos Estudos, onde tentando induzir à pesquisa meus ouvintes numa íntima colaboração, formei-me verdadeiramente, aluno dos meus alunos; enfim a Sorbonne, onde se abriu para mim o conjunto de todos os auditórios e de tôdas as experiências, num estimulante contacto com os estudantes dos quais amei a juventude, a confiança e a exigência.

Possam essas experiências ajudar-me na tarefa que devo agora empreender.

Senhoras, Senhores,

Apresentaram-me a seguinte pergunta: existiu a história de Bizâncio? E eu quero respondê-la, porque sinto muito bem a sua importância. Ela significa que, do ponto de vista do Ocidente, houve sucessivamente muitas histórias de Bizâncio; isto é, muitas maneiras de representar Bizâncio e o seu lugar na história do mundo, que criaram na consciência coletiva muitas imagens de Bizâncio.

Já na Idade Média, verifica-se de um lado que os conflitos de jurisdição, muitas vezes mais do que doutrinários, entre Constantinopla e Roma, do outro, conflitos entre uma concepção monárquica e autoritária do governo da Igreja por Roma e a concepção colegial e política de Constantinopla, conduzindo progressivamente não a aquilo que se denomina imprópriamente de *cisma*, que não existiu, mas a uma *mentalidade* de cisma, o que é mais grave; e a ortodoxia bizantina, que mereceu esse belo nome de ortodoxia pela sua fidelidade à tradição dos primeiros séculos cristãos, tornou-se de maneira estranha, para os ocidentais, a *herética*.

Verifica-se, por outro lado, que certas consequências do vasto movimento que se costuma chamar de Cruzada, quero dizer a necessidade no Ocidente de justificar os singulares desvios e excessos cometidos à custa dos cristãos, além da necessidade de encontrar alhures, nos outros, uma explicação para um fracasso final que perturbava a ordem providencial, tudo isso levou pouco a pouco a fazer dos gregos, que depois de séculos de contacto com o Islão e que tinham razões de ver as cousas à sua maneira, a fazer deles o bode expiatório — os *pérfidos* gregos.

Heréticos, pérfidos: dessa dupla condenação, as consequências foram duradouras, porque durante séculos a história será escrita, seja por gente da Igreja que não tinha em mente senão o primado romano e o restabelecimento da unidade em proveito e nas condições de Roma, seja pelos analistas ao serviço de famílias nobres, cujos símbolos heráldicos remontavam às Cruzadas. Esse malentendido secular não desapareceu ainda hoje totalmente, ainda que tome uma forma mais sutil.

A queda de Constantinopla nas mãos dos turcos em 1453 sacudiu fortemente o Ocidente. Menos compaixão pela Grécia submetida do que pelo pavor da implacável expansão turca; mas, quaisquer que sejam os motivos, o resultado foi um pouco mais de simpatia por Bizâncio, um pouco mais de interesse pela sua história. Dêsse fato vai nascer a bizantinologia.

Temos a hábito de considerar que foi em França que ela se constituiu como ciência, no século XVII e na primeira parte do XVIII.

Nosso amor-próprio nacional nos torna um pouco convencidos. As primeiras grandes publicações apareceram no século XVI, seja em Veneza, a quem a conquista turca tirava o seu domínio colonial, seja na Alemanha, onde reaparece a aspiração a um Império único sob a chefia do imperador germânico. Foi o veneziano Egnatius que, em 1516, no seu “Livro dos Imperadores”, escreveu que o dia da queda de Constantinopla *funestissimus et religiosissimus esse nobis semper debeat*. Foi nesse mesmo ano que em Tubingen apareceu a obra de Nauclerus (Johannes Verge), onde a sucessão dos imperadores *legítimos* de Bizâncio é estendida até o último Paleólogo, Constantino XI (XII), quando até então se tinha por hábito deter na lista no reinado de Carlos Magno, data suposta duma *translatio imperii* do Oriente para o Ocidente, que tinha pôsto fim à primeira *translatio* em sentido inverso, a de Constantino. Esse movimento desenvolveu-se no bojo dos projetos de uma liga anti-turca que durante muito tempo ocuparam a opinião das chancelarias, e que visavam restabelecer, em proveito do Ocidente, a unidade dos dois Impérios e das duas Igrejas. E penso que si a França ficou então à margem do assunto (excluídas as viagens de Pierre Belon, du Mans, ou Pierre Gilles, d’Albi), foi devido à sua política pró-turca, a partir de Francisco I. Não foi pois na França, foi em região germânica que, graças ao mecenato dos Fugger, apareceram os primeiros grandes textos: o de Wolf, editor de Zonaras, de Choniates, de Gregoras, que concebeu primeiro que qualquer outro o que êle denominava já de *Corpus historiae byzantinae*. Esse movimento contribuiu, à sua maneira, para a Reforma. Lutero, e vê-se bem porque, qualifica os gregos ortodoxos de *sancti viri, catholicissimi, non schismatici*; e Melanchton designa Constantinopla como *arx imperii et doctrinarum*. Depois a Contra-Reforma, no seu esforço para fundar uma continuidade cristã desde a era patrística, anexou, por sua vez, Bizâncio, que todos então disputam, e tentou encher um fosso que, em parte pelo menos, Roma tinha cavado com suas próprias mãos. Daí vem a atividade editorial dos jesuítas, tendo à frente Pontanus. E’ então que a França vai tomar parte, com brilhantismo, na questão.

Os jesuítas do Colégio de Clermont mantiveram-se durante muito tempo à frente. Foi um dêles, Philippe Labbe, a menos que não seja Fabrot, ou ainda o bispo de Vaison, Suares (questão recentemente discutida pelo sábio italiano Agostinho Pertusi), que estabeleceu o programa da magnífica coleção de autores bizantinos que será a Bizantina do Louvre. Depois os beneditinos de Saint-Maur contribuem com o concurso de sua impecável erudição. E é exato que o *interêsse* por Bizâncio — interêsse político com a idéia imperial, ou religioso com a idéia romana — passa nesse momento, em França,

ao *estudo* científico de Bizâncio, com essa espantosa sucessão de obras das quais cada uma funda uma das disciplinas bizantinas, das quais quase nenhuma foi ainda até hoje verdadeiramente substituída, e das quais muitas acabam de ser reeditadas: Fronton du Duc e Sirmond, Goar e Combefis, Du Cange que domina tôda uma sábia equipe, Pousines e Cotelier, Godefroy e Ruinart, Mabillon, Montfaucon, Le Nain de Tillemont nos primeiros séculos, viajantes também como Grelot ou Paul Lucas.

O que se segue é bem conhecido. O Século das Luzes é para nós aquêlo do obscurecimento, porque nossos “filósofos” acreditaram descobrir em Bizâncio o perfeito exemplo do despotismo absoluto e também do despotismo da Igreja e dos monges. Voltaire deu o tom: falando da literatura bizantina, diz-êlo, não se encontra senão declamações e milagres (êle não a tinha lido), e acrescenta que ela é

“o opróbrio do espírito humano, como o Império grego era o opróbrio da terra. Os turcos pelo menos são mais sensatos: êles venceram, êles usufruíram, êles escreveram muito pouco”.

Dêsse estranho veredicto, Bizâncio levou em França mais de um século a reerguer-se. Mas, enfim, ela será envolvida no grande movimento que, no século XIX, empolgou e renovou a história. Ela se beneficiou do movimento de filo-helenismo que acompanhou a guerra de independência grega, além do interêsse que lhe manifestaram os grandes historiadores, dois quais o primeiro me parece ser Alfred Rambaud. Ela conquistou o direito de cidadania.

*
* *
*

Ela conquistou o direito de cidadania e, após um século, construiu-se a disciplina, lentamente e dificilmente. Dificilmente porque, si as fontes são abundantes, a abordagem não é fácil devido não só à língua, mas também porque os inéditos são ainda numerosos e os textos editados, na sua maioria, o foram sem uma tradução satisfatória, sem comentários. A metade da documentação capaz de fundamentar a história de Bizâncio está para ser descoberta ou redescoberta.

Lentamente, porque sob aspectos muito reais de unidade e de continuidade, a história de Bizâncio é de uma singular complexidade. Sua unidade está nas duas datas que a fixam com uma espécie de evidência, maio de 330, inauguração de Constantinopla, maio de 1453, queda de Constantinopla. Entre êsses dois polos, essa história se identifica com a do helenismo medieval. Bizâncio é tudo aquilo que fala grego ou o compreende, e não há, na Idade Média, na mesma

escala geográfica, um outro exemplo de um tal fenômeno lingüístico. Bizâncio é, durante êsses onze séculos, tudo aquilo que está ligado ao mesmo tempo ao regime que incarna o basileus, ao Deus de Calcedônia e à tradição do passado helênico.

Tudo isso está claro, mesmo quase claro demais, porque essas evidências, um pouco simples, correm o risco de mascararem uma realidade que seguramente não existe.

A história se desenrola na ordem do tempo, e eu gostaria, inicialmente, numa breve evocação cronológica, apresentar os principais rumos.

O destino se deteve em Bizâncio em 324, quando Constantino fez começar os trabalhos da nova cidade; e o mundo romano terminou no mesmo instante em que Roma foi assim destronada. Divirjo de Norman Baynes quando êle afirma que os três séculos, que vão de Constantino a Justiniano, são a continuação do Império romano, porque êles conservaram a economia monetária e a legislação romana. Roma não inventou nem a economia monetária, nem a sociedade fundada sobre o direito. Elas continuaram aliás bem além do VI século. E se não é necessário introduzir sem precauções a noção ambígua de orientalização, si quisermos dar um antepassado a Bizâncio, êle é seguramente o helenismo. Estamos com Bizâncio no albor do terceiro helenismo, após aquêle que se denomina clássico, depois ainda daquêle outro que tinha sido fundado por Alexandre. A novidade, entretanto, é que a grande fôrça nova do Cristianismo foi captada em benefício do Império, e isso depois de Constantino. E isso foi nôvo em todos os pontos? Na monarquia helenística, o soberano é a divindade entre os homens; para Eusébio, êle é o lugar tenente do Deus celeste. Para a filosofia helenística, o Estado policiado é uma espécie de imitação, uma *mimêsis* do cosmos divino; em Bizâncio, êle é a imagem do reino de Deus. A noção filosófica do *Logos* torna-se a noção teológica do *Logos*. Como seu predecessor helenístico, o imperador bizantino incarna a Lei, e é também filântropo e evergeta, com a diferença de que, imagem sobre a terra do Deus único, seu primeiro "benefício" é defender a verdadeira fé: o concílio de Nicéia é a obra de Constantino. A solução bizantina do problema das relações entre o Estado e a Igreja, esboçado por Constantino, não se fixa desde o primeiro momento. Hesita-se ainda, no V século, para saber-se se o basileus será padre ou não o será. Foi Justiniano quem resolveu, ou melhor codificou. Êle formula a doutrina dos dois poderes, que faz do imperador grego qualquer cousa de muito diferente do imperador romano.

Depois a história bizantina toma um curioso ritmo binário, de dois séculos em dois séculos: VII-IX, IX-XI, XI-XIII, XIII-XV.

VII-IV: os séculos chamados “obscuros”. Eles o são realmente não porque as fontes conservadas não esclareçam, quanto gostaríamos, as profundas mutações de que vemos os efeitos? A Pérsia se desmorona dez séculos após Alexandre. Apenas Bizâncio terminou de celebrar essa enganosa vitória, levando a verdadeira Cruz de nôvo para Jerusalém, que os árabes ocuparam nas fronteiras orientais o lugar dos persas. E logo é tôda uma porção do velho Império que se desmorona: o Egito, a Síria, a Palestina, a África do Norte, a Mesopotâmia: tudo isso cai nas mãos do Islão. Isso significa que Antioquia, Cartago e Alexandria cessam de desempenhar seu papel secular e isso no mesmo momento em que os Balcãs são cobertos por vagas sucessivas de avaros, eslavos e búlgaros. Uma enorme desordem, do qual o outro aspecto interessante é o iconoclasmo. Teria sido desencadeado pelo choque do Islão? E’ provável. Acarretando uma crise que vai mudar as estruturas do Império e que não se explica senão em função do perigo árabe? E’ certo. Ora, essas duas crises, a de fora e a de dentro, serão dominadas por Bizâncio. O irmão da imperatriz Teodora, o general Petronas, é vitorioso dos árabes, ao mesmo tempo que a própria Teodora exalta a vitória das imagens e da ortodoxia. Coincidência significativa. Mas, durante o longo combate que o Império travou em tôdas as frentes, êle transformou-se profundamente. E um dos sinais mais reveladores dêsse fenômeno é a aparição de um nôvo código de leis, a *écloga*.

Tudo muda e todavia, como sempre acontece em Bizâncio, tudo recomeça. IX-XI séculos: depois dos séculos de ferro, a ligação é renovada com o velho humanismo. E’ o período central da história do Império, o cume do alto do qual se contempla as duas vertentes: o passado assim como o futuro. São os imperadores macedônicos, isto é, armênios. Dêsses dois séculos, conta-se a epopéia, descreve-se o brilho, mas muitas vêzes não se faz o balanço. Todavia, Bizâncio jamais esteve tão evidentemente na encruzilhada do mundo medieval. Ela trava três combates:

— pelo Império e pela idéia imperial, contra os Otônidas no Ocidente e contra a Bulgária do tzar Samuel: ela ganha;

— pelas suas fronteiras, contra os eslavos e contra o Islão: ela ganha;

— pela sua Igreja, contra o Papado: ela ganha, no sentido daquilo que se chama imprópriamente de Cisma, se podemos, de um ponto de vista ecumênico, considerar que as duas partes (e consequentemente o Cristianismo) são perdedores, aquêles que perde mais é precisamente aquêles que tinha as maiores pretenções.

Triunfo por tôda a parte, mas a que preço, e discretamente esfumado por quantas sombras, que vão crescer? Foi necessário sitiar

Creta durante oito meses para que os sarracenos abandonassem a sua prêsa; foi necessário vinte anos a Basílio II para derrotar a Búlgaria. Esta é enfim anexada, mas eis que outros invasores vindos do norte transpõem o Danúbio. A Armênia é anexada, mas os seldjúcidas apoderam-se de Ani. A oeste, Bizâncio podia aproveitar a espécie de vácuo que se abriu entre os Carolíngios e os Otônidas, mas foram principalmente os normandos que se aproveitaram da situação. A leste — pois que seu destino e sua ambigüidade geográfica fazem com que ela pudesse se aproveitar do declínio do califado, mas foi sobretudo aos turcos que esse fato foi vantajoso.

No meio do XI século, sob tantos aspectos tão brilhante, quando parece que para Bizâncio o tempo foi suspenso, seria ela ainda verdadeiramente senhora de seu destino? A resposta não tarda: em 1071, os normandos apoderam-se de Bari: as Cruzadas vão começar; no mesmo ano os turcos esmagam os bizantinos em Mantzikert: a porta da Ásia Menor lhes ficou aberta.

Os dois séculos seguintes, XI-XIII, Comnenos e o Império de Nicéia (porque, por meu lado, eu considero êste como a continuação daqueles), apresentam em grau notável um fenômeno não raro em história: o contraste entre a quase-perfeição de uma civilização, a sábia e sutil complexidade das instituições — e a perda da iniciativa política no meio de um mundo em plena mutação. Se, com sucessos diversos, a hábil diplomacia de Bizâncio conseguiu ainda pouco a pouco conter os turcos; se mesmo a argúcia grega tinha em pouca conta a rusticidade latina — a formidável expansão do Ocidente conseguiu nas sinistras jornadas de abril de 1204 a selvagem destruição, pelos cruzados, da capital dos cristãos do Oriente. Acontecimento perturbador para as consciências, mas que no momento não inquietou ninguém. Procurou-se as causas nos apetites alemães, evidentes no reinado de Henrique VI; no parentesco de Filipe da Suábia com o imperador destronado Aleixo IV Ângelos; na cumplicidade interessada de Bonifácio de Montferrat; na fraqueza do papado, que não hesitou mesmo em ratificar o acontecimento. De fato, foi Veneza, ainda hoje enfeitada com o botim de 1204 e os despojos de Constantinopla, foi Veneza e seu doge nonagenário Enrico Dândolo que conduziram os acontecimentos. Esse encarnecimento contra Bizâncio pareceu tão surpreendente que após inventou-se uma legenda para explicá-lo: enviado como embaixador a Constantinopla alguns anos antes, Dândolo teria sido perfidamente cegado pelos gregos e se teria vingado. E' uma legenda, mas ela tem um fundo de verdade. Durante muito tempo Veneza foi fiel a Bizâncio, mesmo contra os francos, porque Bizâncio lhe assegurava no Ocidente uma posição de independência.

Depois sua força crescente, seu extraordinário espírito de empreendimento, os serviços prestados pela sua marinha a Bizâncio, lhe tinham aberto o caminho para uma verdadeira conquista econômica do Oriente grego. A conquista militar e política de 1204 foi o fim lógico. Bizâncio se libertará da ocupação estrangeira: a história do reino latino de Constantinopla é pouco gloriosa. Em 1261, Miguel VIII Paleólogo fará sua entrada triunfal em Constantinopla. Bizâncio, entretanto, se apagou em 1204. Jamais se recuperará dêsse acontecimento.

Porque os dois séculos que a separam da derrubada de suas muralhas pelas balas dos enormes canhões fundidos para Maomé II por engenheiros saxões, os dois séculos dos Paleólogos, são aquêles das altas especulações filosóficas e religiosas em tórno do *Hesychasmo*, os dos grandes humanistas aos quais devemos nosso texto de Sófocles, de Aristóфанes ou de Píndaro, aquêles dos artistas que decoraram Kahrié Djami e as centenas de pequenas igrejas que cobrem o território do Império com um verdadeiro manto de púrpura. Mas foi também o espetáculo, que mantém o historiador angustiado e arquejante, em face dos sobressaltos da agonia do Império, a quem os turcos passaram um laço que vão apertando lentamente, enquanto o basileus vai mendigar em Veneza ou vender no estrangeiro as relíquias das suas igrejas; enquanto que o Ocidente, chamado desesperadamente em socorro, mercadeja a salvação comum da Cristindade. Nos concílios de Lyon, de Florença, os políticos de Bizâncio cedem diante das exigências latinas, aceitam a união das duas Igrejas nas condições impostas pelo papado. De volta à sua pátria, sentem-se incapazes de enfrentar os sobressaltos da consciência popular grega. Loucura sem dúvida, nas condições em que se encontrava o Império, com essa intransigência. Feliz loucura: ela preservou o valor da ortodoxia, como a base da unidade nacional, como a alma do helenismo, durante a longa noite turca.

*

* *

Essa rápida evocação sugere duas observações.

A primeira: Bizâncio está na encruzilhada do mundo medieval. Uma encruzilhada onde a geografia faz cruzar as rotas terrestres unindo o Oriente e o Ocidente, e a rota marítima do mar Negro ao Mediterrâneo; uma encruzilhada onde Constantino, com uma visão genial, implantou a cidade que, até 1204 pelo menos será a grande cidade da Idade Média. E' para o historiador um observatório sem paralelo. Daí, êle lança seu olhar por cima de todo o mundo balcâ-

nico, a largos setores do Ocidente, devido às relações de Bizâncio com os francos, com Roma, com o Império carolíngio e o Império germânico, com Veneza, os normandos, os cruzados, Gênova, e graças a longa sobrevivência de Bizâncio e do helenismo na Itália meridional e na Sicília.

Quando Bizâncio olha para o sul, à semelhança dessas sentinelas postadas na torre de vigia do palácio imperial, que observavam os sinais de fogo partidos das encostas do Taurus para anunciar acontecimentos graves surgidos na fronteira árabe: advinha-se então o mundo do Islão, o califado omíada, o dos abácidas, depois a poeira de estados árabes grandes e pequenos que cobrem o Próximo Oriente mediterrâneo. E se prestarmos atenção vê-se partir de Alexandria êsses viajantes que, ao longo da costa da África, vão até Sevilha, Córdoba, Toledo, levando em suas bagagens manuscritos gregos ou traduções de obras gregas, científicas, médicas, filosóficas: e essa grande volta pelo sul a leva ao Extremo-Occidente.

Poderia também, não tão depressa, atingir pelo norte, seguindo a famosa rota que a Crônica russa chama de “rota dos varegues aos gregos”; ou melhor: do mar dos varegues, da ilha de Gotland, da Escandinávia, até Constantinopla, pelo Ladoga e Novgorod, o Dniepr (sôbre o qual um texto grego descreve com grandes pormenores os rápidos e a sua transposição pelos barcos carregados de escravos e de mercadorias), as costas ocidentais do mar Negro. E’ a rota dos *rôs*, dêsses chefes escandinavos que vão criar a Rússia kieviana e que impõem aos povos da estepe um tributo *in natura* que vão vender nos mercados de Constantinopla: escravos, peles, couros, cera, mel, e recebiam em troca ouro, sêdas, jóias e vinho. E’ a rota dos mercadores russos que tinham, fora dos muros de Constantinopla, em São Mamas, seu bairro, e cujo estatuto, direitos e deveres eram precisos e garantidos por tratados em forma, de que possuímos para o século X pelo menos, o texto. E’ a rota por onde descem os guerreiros que, a partir de 860 — primeira tentativa dos *rôs* contra Constantinopla — vão de tempos em tempos aparecer como inimigos e pilhadores diante dos muros da capital, durante o período de Oleg, Igor, e mais tarde ainda. E’ também a rota dos mercenários que vinham se enriquecer a serviço do basileus, como, para citar um só, no século XI, êsse Harald-o-Severo cuja saga norueguesa conservou viva a lembrança, porque, após ter-se envolvido em muitos acontecimentos importantes da vida do Império no século XI, êle foi rei da Noroega. E’, enfim, a rota que seguirão os missionários e os clérigos bizantinos quando, após a conversão da Rússia, cuja história está sendo ainda discutida, mas que, em todo o caso, foi obra de Bizâncio — posterior sem dúvida aos sucessos missionários durante o primeiro patriarcado

de Fócio, após o batismo de Olga, talvez já em Kiev em 954-955, e a célebre visita dessa princesa à corte de Constantinopla, seguida da conversão definitiva durante o período de Vladimir que recebeu como recompensa a mão de uma porfirogêneta — quando Bizâncio, digo eu, organizou a Igreja russa, marcando pelos séculos afora com a sua influência a história e a civilização dessa parte do mundo.

Enfim, e para terminar essa visão do horizonte de Bizâncio, é rumo a leste que se procura comumente seu principal papel na história: ela continua nessa direção a obra de Alexandre, lutando contra a Ásia (persas, seldjúcidas, turcos), ou ainda assimilando (Armênia, Geórgia, certas regiões do Cáucaso). E', penso, porque o golpe mortal devia vir daí, com os turcos. Mas isso não é inteiramente verdade. Seria falso, entretanto dizer, como se fêz durante muito tempo, que Bizâncio foi antes de mais nada a passagem — no sentido militar — da Europa para o Oriente. Ela esteve muito longe de desempenhar um papel assim tão passivo e, de certa maneira, negativo. Nenhum Estado medieval conservou-se tanto como centro de uma rede de relações das mais serradas, não possuiu uma diplomacia e um serviço de informações mais ativos. Nenhum outro, e encontramos aqui a grande tradição historiográfica da Grécia, nos deixou mais informações sobre os outros países e sobre os negócios do mundo. O conhecimento das fontes gregas é indispensável a todo medievalista, qualquer que seja a sua especialidade.

*
* *
*

A outra observação que conduz a uma visão mais ampla da história de Bizâncio, é que há uma contradição essencial entre um imobilismo aparente e a ativa participação em todos os assuntos do tempo. E', se preferirmos, uma questão que não se pode evitar: é concebível que o cego apêgo a uma tradição, apresentada em princípio como um valor único, e um ritual, que seria o sinal visível, seja o impulso de um Estado que durante onze séculos viveu uma vida tão ardente? Ora, a resposta não pode ser grosseiramente negativa, porque é verdade, num sentido, que a observação de uma tradição e o peso de um passado contam bastante. Existe, pois, aí, um enigma. Eis, creio eu, a solução. Esse imobilismo, essa espécie de continuidade sem ruptura, existiu, como imagem que o Império quis dar de si próprio. Bizâncio, tendo colocado sua justificação no passado e o prolongamento desse passado não mudado, seu fundamento na correspondência entre império terrestre e reino de Deus e na legitimidade política da descendência romana, sua força na afirmação de uma

tradição ininterrupta, ela *devia* se apresentar aos olhos de todos — súditos do interior do Império, amigos, clientes ou rivais do exterior, como uma essência eternamente imutável. Essa sua representação mesmo, é o objeto de sua *propaganda*, não comportando essa palavra aqui nenhuma *nuance* pejorativa. Mas é verdade que para os Estados, como os indivíduos, o mais interessante é aquilo que eles escondem. O que Bizâncio guarda com um cuidado que enganou, e as vezes ainda engana, são as profundas mutações que, de século em século, afetaram suas estruturas — e deviam ser feitos para que o Império não se exgotasse e caísse por si só em ruína.

Bizâncio mudou pois, sem cessar e sem cessar esforçou-se por parecer semelhante a si própria. Ou melhor, não houve *ser* e *parecer*, mas sim as duas faces de uma mesma realidade: essência e existência. A problemas sempre novos, Bizâncio não se cansava em imaginar soluções sempre novas: mas ela o fez sem abolir o que já existia, sem proclamar essa novidade, porque, com efeito, havia aí ao mesmo tempo permanência e mudança. Uma discussão estabeleceu-se a algum tempo sobre o *tema*: tradição e inovação nêsse domínio histórico geograficamente definido. E aplicou-se a país por país, Estado por Estado, um concienzoso desconto das “tradições” e das “inovações”. Método inaplicável e enganador para Bizâncio num sentido e noutro. O que é, em compensação, grandemente interessante, é estudar-se as *técnicas* dêsse comportamento, os *meios* dessa propaganda. No domínio das ações é o cerimonial, o ritual, a titulação; no da expressão, é a citação, a repetição, a comparação, a referência; indo um pouco mais ao fundo das cousas, é a retórica; indo ainda um pouco mais longe, é o estilo — no sentido em que André Malraux deu outrora a esta fórmula feliz: a arte bizantina é a arte do estilo. Penso que atingimos aí a originalidade profunda, ou como se diz, a especificidade de Bizâncio.

Tomemos, com efeito, a arte bizantina. Essa arte, que não conheceu nem a infância — porque suas primeiras obras já tem a perfeição da maturidade — nem a velhice, porque foi na época de um declínio econômico e político, tornado sem remédio, que são executados os mosaicos de Kahrie Djami, de uma tão surpreendente frescura, e seus afrescos que alcatifam ainda hoje, como essas sêdas coladas, as paredes das igrejas de Mistra, para não falar das pinturas de Panselinos no monte Atois.

Certamente essa arte conheceu uma evolução: simbólica e secreta nos primeiros tempos do Cristianismo; triunfante e “histórica” nos séculos que se seguiram à vitória da fé e da Igreja; dogmática e de uma severa grandeza, após a crise do iconoclasmo e do apogeu do

Império; mais livre, pitoresca, um pouco loquaz, diríamos, à aproximação do drama final.

Mas o que permanece essencial e permanente, é o esforço para exceder o homem e o acidente, o individual e o passageiro; para atingir alguma cousa que, por definição, não se saberia indicar, que se chama o sobrehumano, o impessoal, o intemporal, o eterno, o sagrado: todos êsses termos convém e ao mesmo tempo são insuficientes. A arte bizantina é uma liturgia e, como tôda liturgia, uma incantação. Exprime, se quizermos, uma concepção da condição humana, mas na qual o individuo se apaga, desaparece no anonimato que se estende aos próprios artistas, numa universal hierarquia e vai muito além infinitamente. A arte bizantina transpõe e transcende.

Ora, o processo para atingir êsse fim é justamente a estilização, diremos simplesmente e mais justamente o estilo, na medida e no sentido em que o estilo é aquilo que afasta-se da semelhança, aquilo que destrói a semelhança, e com ela o humano. Acontece que a arte grega, nos seus dois aspectos perfeitamente acabados, o antigo e o bizantino, e perfeitamente antistético, forneceu os modelos de duas espécies de arte para nós concebíveis, além pelo menos da arte abstrata. E a observação permanece tão justa e profunda, que foi necessário tanto gênio a Bizâncio para esquecer o homem, como tinha acontecido para a Grécia antiga para descobri-lo.

Essa definição da arte bizantina como arte do estilo, eu a extendo ao conjunto de Bizâncio. Quem a estuda não deve jamais se esquecer que pode se encontrar, qualquer que seja o campo atual da sua pesquisa, diante de um sistema de *formas* ou diante de um sistema de *sinais*; direi mesmo: e diante de um sistema de sinais, porque os dois se juntam na mesma realidade. O êrro comum é de negligenciar o segundo, mais difícil de interpretar, em proveito do primeiro, mais familiar e mais sedutor. Mas é arriscar-se a não compreender Bizâncio, onde a hierarquia é inversa.

Na minha opinião, é aí que encontra a explicação, por exemplo, dessa diglossia que nos nossos dias tomou uma significação política, a língua purista sendo “de direita”, a língua popular “de esquerda”. Trata-se de cousa diferente em Bizâncio. A língua “sábua” não é um arcaísmo, uma preocupação de imitar o antigo, e aliás, nêsse domínio como em qualquer outro, no meu modo de entender, Bizâncio não apreciou verdadeiramente a beleza antiga. Seu emprêgo para nós anacrônico é uma maneira de estilizar a linguagem e de lhe conferir um hermetismo. Teodoro Metochites, grande estadista, grande sábio e grande humanista, declara mais ou menos o seguinte:

“As cousas cheias de grandeza e de magestade não são assunto da maioria. Elas não devem ser acessíveis ao primeiro que chega, como essas iguarias vulgares que se vendem nas esquinas das ruas. Cada cousa no seu lugar. Às vêzes é necessário compreender, mas às vêzes deve-se também, por uma ampliação solene e de sábios ornamentos, subtrair seu pensamento da multidão”.

Tais palavras ainda trazem, a doze séculos de distância, uma espécie de eco a Héliô Aristides, afirmando que a retórica é uma arte superior a da poesia.

“O discurso retórico em prosa é um dom precioso que os deuses fizeram aos homens bem antes de lhes dar a poesia, de maneira que é um dever sagrado para eles honrar os deuses primeiramente em prosa”.

Uma das funções da poesia, em Bizâncio, é mantida pela retórica, forma superior da instrução. Na tradição de Isócrates, na tradição helenística, o orador retórico é intermediário entre o filósofo e o homem “político”. Em Bizâncio, há uma teologia política. O gênero do *discurso ao imperador*, que é aos nossos olhos retórico e o é, com efeito, no sentido pleno da palavra, é uma manifestação ritual e necessária.

Não é pois necessário taxar de falta de gosto, de arcaísmo formal e convencional a “retórica” bizantina. E’ necessário compreender que ela é um dos meios que, como certos processos do pintor ou do mosaista, tem por objeto transportar o leitor, o auditor ou o espectador a um mundo que não é aquêle da vida terrestre e quotidiana. O mesmo acontece com os processos literários. Num romance de cavalaria, a descrição do castelo da bela cativa, a de uma sala de banhos magnífica ou de um jardim encantador onde ela não deixa de encontrar o seu salvador, mesmo a sua beleza, de onde é excluída tôda notação precisa ou sensual, não são senão imitações arcaisantes, mas o meio de nos mostrar que a história não se passa no nosso mundo de todos os dias, mas num mundo de ilusão que não é todavia menos real. E’ também o papel do cerimonial, áulico ou litúrgico, porque um e outro tem a mesma significação e revestem-se quase das mesmas formas.

*

*

*

Mundo de sinais, mundo de formas; do imaginário e do sensível: Bizâncio está todo inteiro como em equilíbrio entre eles e não pode se compreender que se o vemos sob êsses dois aspectos, onde se coloca a explicação dessa dualidade: quero dizer, que se busca na geo-

grafia e no fundo oriental de povos englobados pelas fronteiras do Império, na oposição Ásia-Europa; ou ainda na religião, na forma do Cristianismo que teólogos e místicos gregos desenvolveram; ou em certa tradição do pensamento político helenístico; ou na corrente de néo-platonismo que jamais exauriu-se em Bizâncio. Ou em tudo ao mesmo tempo, como é verossímil. Reconhecemos que nêsse Império onde tudo veio a acumular-se, conservar, combinar, sobreviver, existe muito com que desconcertar o historiador que procura visões simples e as aproximações fáceis.

Ao historiador que aborda Bizâncio, que conselhos devemos pois dar? O primeiro, segundo a minha opinião, é de fugir dessas aproximações que não são senão disfarces. Não é cousa fácil, na medida em que o historiador é sempre filho do seu tempo, transporta para o passado as preocupações contemporâneas, o que sempre revela-se mais perigoso que fecundo, ou reconstrói os problemas do passado à imagem daqueles do presente, o que é anti-histórico. O bizantinista deve defender-se tão cuidadosamente que não permitirá a si próprio nenhum relachamento de vocabulário. Não, a história social de Bizâncio não é a passagem do escravismo ao feudalismo; não, a concessão vitalícia pelo imperador e por êle unicamente, a de seus súditos, de rendas fiscais de um bem qualquer do Estado não é feudalismo; não, as corporações de ofício, cuja regulamentação pelo eparça de Constantinopla é descrita no "Livro do Prefeito" não são corporações ocidentais; não, os problemas monetários que Bizâncio nos apresenta não são de maneira alguma esclarecidos pela teoria monetária dos nossos dias. E assim por diante. Não é agora a ocasião de discutir se o passado está sempre e totalmente irreduzível no presente, e de por em evidência a significação da história. Mas é certo dizer que a história de Bizâncio é muito diferente.

Certamente, se renunciarmos à *analogia*, é necessário resignar-se a deixar subsistir grandes vazios na paisagem histórica. Quem explora a história bizantina é semelhante ao viajante que na atual Istambul procura Constantinopla. Dessa cidade que espantava os latinos, não se percebe *acima do solo* mais do que uma dezena de edifícios cuja fisionomia seja ainda reconhecível. Mas quando se olha para o chão: por tôda a parte onde se der um golpe de picareta, em todo lugar onde se abrir uma excavação, aparecem essas admiráveis construções e fundações, obras primas elas também da arquitetura bizantina, grandes cisternas abobadadas sustentadas por uma floresta de colunas, os enormes alicerces dos Manganes, do Grande Palácio, de cem monumentos desabados ou derrubados. Tudo está ainda inserido no solo, de maneira negativa. E' preciso observar Constantinopla por baixo para reconhecer idealmente a cidade de um milênio.

atrás. Da mesma maneira é preciso observar a história bizantina “por baixo”, progredir lentamente, dificilmente no labirinto das fontes e dos documentos os mais humildes, para descobrir as sólidas e poderosas fundações que, durante dez séculos, suportaram o Império e que são a explicação de sua longevidade. Não existe nenhum texto que não contenha abreviadamente tôda uma parte de Bizâncio. Porque essa história, e uma outra explicação de sua longa duração, não foi feita por alguns grandes homens que pensavam desempenhar missões históricas de grande alcance e criar, como se diz, o irreversível — salvo um que muito se enganou, Justiniano. Ela foi feita por todos, e as fundações eram tão sólidas que mesmo os mediócrez mantiveram seu lugar de maneira honrosa.

*

*

*

Ao nosso historiador lançado nessa exploração subterrânea de Bizâncio, eu queria ainda, e para terminar, indicar algumas direções nas quais êle teria mais possibilidade de encontrar alguma cousa de nôvo, limitando-me agora às estruturas internas.

Êle descobrirá desde então, graças aos documentos de arquivos e atos de rotina, mas também graças aos selos dos funcionários, as coleções de cartas, certas obras como o *Tratado fiscal* ou o *Livro do eparca*, graças aos escólios de textos legislativos ou a uma coleção de jurisprudência como aquela de Eustato Romano, a quase-perfeição da administração, a eficácia das secretarias centrais e provinciais, assim como também dos tribunais. Tomo um exemplo. Recentemente estudou-se peças, até agora desconhecidas, conservadas nos arquivos do mais importante mosteiro do monte Atos, o de Lavra. Esse convento tinha algumas dificuldades com a administração central, principalmente com a Secretaria da Marinha, a propósito da isenção de que julgava ter as mercadorias, entre outras o vinho, transportadas em quatro pequenos barcos. Tratava-se, certamente, de ínfimas somas. Estamos, por outro lado, em maio e junho de 1196, em plena crise, durante o reinado de Aleixo III Ângelos, último basileus antes da quarta cruzada. Não obstante, o assunto deu lugar, em Constantinopla, a quatro longas sessões de um tribunal, do qual o número de membros variava de doze a dezoito, e diante do qual compareceram os representantes de Lavra, em número de sete, e os de diversas secretarias da administração central, em número de dez ou doze. Os serviços interessados foram consultados. As peças sobre as quais se fundamentavam as duas partes, as provas, foram produzidas, lidas, transcritas nos processos verbais. Esses processos verbais, que chegaram até nós, estabelecidos com um cuidado extremo, assinados e

selados, foram registrados nas três grandes secretarias do Tesouro, do Fisco e da Marinha. Mil exemplos análogos poderiam ser invocados. A conclusão está evidente numa palavra: Bizâncio foi um Estado *administrado*, a um grau que nenhum outro Estado medieval conheceu com essa mesma continuidade. Esse fato, pròpriamente feito de civilização, merece reflexão.

E os administrados? A nossos olhos, são sobretudo gente relacionada com a terra, e a história interna de Bizâncio aparece em grande parte como aquela das relações do homem com a terra. A economia é essencialmente agrária, como os rendimentos do Estado são essencialmente oriundos de bens imóveis. Quanto aos indivíduos, se êles se enriquecem, é sem dúvida por subir os escalões da promoção social adquirindo títulos e dignidades, mas em seguida colocam o seu dinheiro em terras. Essas constatações banais, serão suficientes? Certos dados sugerem outra cousa. Por exemplo, o fato de que a densidade urbana, ainda que muito variável durante os séculos, quase sempre foi grande (mesmo se muitas cidades não sejam mais do que centros de distritos agrícolas). Ou ainda a importância da moeda de *ouro*, sua espantosa estabilidade no título e no pêso, do IV ao XI século, e o papel internacional que ela conservou durante muito tempo após as desvalorizações do século XI. Por exemplo ainda, os numerosos testemunhos sôbre o comércio do dinheiro, quero dizer o empréstimo a juros, que me parece revelador da existência de uma economia de tráfico. Mas, sôbre tudo isso nos faltam, de uma maneira grave, estudos e informações. Sem dúvida percebemos que antes do século XI, também uma charneira, Bizâncio mantém um lugar muito importante nas trocas mundiais, pois que começa atrazar-se desde que o Ocidente se desenvolve, e falta ainda a grande revolução comercial: mas hesitamos nessa interpretação. A razão está inicialmente em que os textos não falam, por assim dizer, jamais dêsses assuntos que são considerados vulgares ou insignificantes; depois, é necessário levar em conta que os arquivos de que possuímos os restos são precisamente os dos conventos, a quem sômente a terra interessava. Um exemplo dêsses silêncios enganadores: Bizâncio seguramente explorou jazidas de alumen, como muitos outros países, que tinham necessidade de usar um mordente na indústria de tecelagem; mas esse produto não parece ter sido objeto de comércio, pois que o Ocidente abasteceu-se durante muito tempo no mundo árabe; e os textos não dizem uma única palavra: começamos a saber alguma cousa sôbre o assunto a partir do dia em que a Focéia foi explorada pelos genoveses.

Razões análogas aconselham prudência no estudo, tão necessário, das classes sociais, em particular da pequena e média burguesia

urbana. Temos, entretanto, algumas balizas e, aqui ainda, limitar-me-ei a um exemplo. Quando Pselos diz que o recrutamento do Senado e o da função pública foram perturbados, porque cessaram de apoiar-se sobre o nascimento, e se abriram a categorias de pessoas designadas como *dèmotikoi* ou *astikoi*; ou ainda “às pessoas da ágora”, pensamos evidentemente em uma classe de gente de negócios que conseguiu então, talvez em parte graças à conjuntura internacional, a forçar as portas que lhe estavam fechadas. Essa *abertura* do Senado tem alguns aspectos de uma “democratização”, retomando uma palavra que os textos da época empregam, e que ainda não foram, aliás, estudados. Ela é, a meu ver, um fenômeno da maior importância (uma pesquisa recente bem o mostrou): a oposição, mais evidente talvez, entre a aristocracia civil e a aristocracia militar, tradicionalmente apresentada como sendo a explicação da crise social e política do século XI. Explicação insuficiente na medida em que a aristocracia civil e militar tinham ambas a mesma origem, a saber, uma origem baseada na terra. Parece que a tentativa de reforma que Pselos deixa entrever, visava, ao contrário, alargar a base social do Império à custa da classe territorial e em proveito da classe mercadora. Seu fracasso acompanha uma virada decisiva e funesta na história de Bizâncio.

*
* *

Tais direções de pesquisa, pesquisa em andamento às vezes, pesquisa para o futuro na maioria dos casos, poderiam ser enumeradas em grande quantidade. Chegar-se-á sempre a esta perguntas: o que é Bizâncio? O que fez durante tantos séculos a coesão dêsse vasto Império a cavaleiro sobre muitos mundos e batido por tôdas as tempestades?

Ora, uma evidência negativa se impôs a muito tempo: a unidade bizantina não é de maneira alguma uma unidade racial. As mais diversas etnias, dos eslavos aos frígios, dos gôdos aos armênios, dos búlgaros aos isaurianos, dos albaneses aos valáquios, coexistem no interior das fronteiras, seja porque elas tenham sempre ocupado o mesmo *habitat* “bizantino”, seja porque que elas foram transplantadas pelos imperadores de aquém e além fronteiras ou, dentro destas, de uma província ou de um continente a outro. Porque a mobilidade das pessoas é notável. Deve-se, pois, estudar o estatuto dos estrangeiros, dos peregrinos, e sobretudo o dos grupos internos alógenos. Verificar-se-á, e isso é uma das originalidades de Bizâncio, que a noção de raça jamais fez parte da consciência nacional; e esta é uma das razões pela qual o helenismo medieval exerceu tão grande poder de assimilação.

Quais são pois os componentes dessa consciência nacional? A melhor estudada é uma concepção do poder, autoridade absoluta e tutelar de um basileus que, no mesmo tempo que era a Lei e o Direito, incarnava a unicidade do Império. Não voltarei a insistir sobre esse aspecto que se pode chamar de político. Em compensação, que me seja permitido dizer ainda algumas palavras daquilo que acredito ser essencial: uma unidade de cultura, fundamentalmente helênica, e uma unidade moral, fundamentalmente cristã.

Essa unidade de cultura, que defino como helênica e à qual consagrarei neste ano um dos meus dois cursos, tem pelo menos dois aspectos e pode ser julgado pelo menos de duas maneiras. O aspecto lingüístico é aparentemente simples: a língua grega era, seguramente, com tôdas as exceções que se quizer, a língua dos habitantes do Império, e nada autoriza a afirmação, como já se fez, de ela era apenas uma das línguas faladas entre outras.

As cousas se complicam quando se vai mais além e quando se pergunta qual é, deixando as aparências de lado, o verdadeiro conteúdo desse helenismo, cujo conhecimento não podia ser mais que o apanágio de um pequeno número, mas que encontramos, todavia, a qualquer momento. O autor (J. Le Goff) do livro mais sugestivo que apareceu em França nêstes últimos anos sobre a Idade Média escreveu, falando do Ocidente, mais ou menos o seguinte:

“A dupla necessidade de utilizar o insubstituível instrumento intelectual da Antigüidade e de vazá-lo em moldes cristãos favoreceu, ou melhor, criou hábitos intelectuais muito incômodos: a deformação sistemática do pensamento dos autores, o anacronismo perpétuo, o pensamento por citações destacadas do seu contexto. O pensamento antigo não sobreviveu na Idade Média senão deformado, humilhado pelo pensamento cristão. Obrigado a recorrer nos serviços de seu inimigo vencido, o Cristianismo viu-se obrigado a retirar a memória de seu escravo prisioneiro e de fazê-lo trabalhar para êle esquecendo as suas tradições”.

Fórmulas bem marcantes, das quais não discutirei a pertinência no que concerne ao Ocidente. Para o Oriente grego, as cousas me parecem diferentes, e a continuidade do helenismo se oferece à nossa pesquisa sob muitas aspectos. A mais clara, é o piedoso respeito, a transmissão, muito raramente o enriquecimento da ciência antiga na geometria, medicina, mecânica, astronomia, etc. Mais complexa é a utilização, na maioria das vêzes para fins cristãos, de técnicas de raciocínio elaboradas pelos lógicos gregos, especialmente Aristóteles; processos de exposição aperfeiçoados pelos retóricos; mas também especulações platônicas e neo-platônicas que, segundo o Pseudo-Dionísio o Areopagita até Gemistes Plethon, não cessaram ja-

mais, tanto com timidez e às vezes com audácia, de vivicar o pensamento bizantino. Resta enfim a difícil questão, difícil pelo menos para mim, da maior ou menor *intimidade* dos gregos da Idade Média com as obras de arte, em primeiro lugar com as obras literárias, dos gregos da Antigüidade. Que lugar ocuparam elas nêsse último rebento da cultura helênica, onde é necessário procurar o fundamento de tôda a cultura: a curiosidade dessinteressada, o gôsto do conhecimento pelo conhecimento, o sentimento estético? Ficamos às vezes desconcertados pelo julgamento de Fócio nas suas notas de leitura, como por exemplo da maneira com Eustácio comentava a *Iliada*. Mas a criança que, com a idade de sete anos, deixava a casa da família para ir à escola levava consigo dois livros que vão ser os seus manuais de leitura: o Saltério e Homero. Não é indiferente que os bizantinos tenham sido grandes gramáticos e grandes filólogos. E teriam êles se esforçado tanto para estudar, explicar, editar Êsquilo ou Píndaro, se não tivessem encontrado a satisfação de uma necessidade profunda? Do comêço ao fim e sob as formas mais diversas, as mais elementares, como as mais sutis, o helenismo sempre esteve presente em Bizâncio.

*

*

*

O helenismo, mais ainda o Cristianismo. A fidelidade à ortodoxia pode bastar a tudo, fazer às vezes de tudo, como a instituição monástica o demonstra cada dia. Ela é necessária e suficiente para criar êsse profundo sentimento de comunidade que, eu o disse, sobreviveu graças a ela a tôdas as grandes catástrofes. Não tenho a intenção nem o tempo de falar esta noite sôbre a religião e a Igreja bizantina, mas quero assinalar brevemente dois traços opostos nas suas relações com o poder, que demandam novas pesquisas.

O Estado bizantino era tolerante, se o compararmos à Cristandade ocidental que praticou muitas vezes a conversão pela guerra e pelo massacre. Da mesma maneira, num outro plano, a idéia de cruzada, de guerra santa, é estranha à Bizâncio. Com o Islão, Bizâncio manteve durante séculos essa *disputatio* assáz monótona, onde ela usava de todos os recursos do raciocínio silogístico, contra um adversário que devolvia de maneira ainda mais violenta os golpes que êle aprendera na arte de raciocinar de Aristóteles; diálogo dos surdos. Com os “pagãos”, em compensação, Bizâncio conduziu com finura e tenacidade essa admirável obra missionária que não foi até agora bem estudada como tal no seu conjunto: obra *teològicamente* missionária até nos seus aspectos políticos — aliás primordiais, em virtude dos próprios princípios em que se fundamentava o Império; obra

pacífica, onde cada vez mais colaboraram homens de Estado e da Igreja, agentes do imperador e do patriarca, diplomatas, funcionários, mercadores, e mesmo artistas; obra sempre *civilizadora*, cujo exemplo perfeito é a integração do mundo eslavo na ordoxia. A *missão*, tal como Bizâncio a compreendeu, é uma criação inteiramente original.

Seria pois uma contradição se, no interior das suas fronteiras, Bizâncio nos aparecesse, ao contrário, intolerante? E' o grande problema das heresias. Ele é mais interessante, e mais importante, no ponto de vista político e social do que sob o ponto de vista teológico e por isso a enorme literatura dos teólogos geralmente não apresenta grande interesse. Porque a atitude bizantina, que ousou ir até à perseguição, obedecia a uma dupla lógica. Lógica do Estado: um regime teocrático não pode deixar de lado a unidade da sua fé sem comprometer sua unidade essencial; a heresia é sempre outra cousa que um conflito doutrinal; o que demonstra com evidência as nossas fontes quando elas a qualificam de *apostasia*, isto é, de rebelião tendente à uma secessão. Mas lógica também dos crentes: os cristãos, membros como tais de uma sociedade de ordem sobrenatural, colocavam com muita boa vontade as relações que mantinham entre si, como cristãos no seio da Igreja, acima das que tinham entre si como concidadãos na cidade ou no Império; assim, não podiam se identificar senão com um Estado cuja religião fôsse a *sua*; e esse Estado, em troca, recebia uma coesão extraordinária, desde que se colocasse como defensor dessa religião.

*
* *

A história e a civilização de Bizâncio são um assunto de grande possibilidades para um historiador: pela amplidão e variedade de tarefas que oferece, novos horizontes que se abrem à sua curiosidade; e porque ele tem a satisfação de, em lugar de repisar velhos caminhos muito batidos, desbastar e de abrir grandes clareiras para o saber humano. E' uma história que tem seduições do desenraizamento de populações, e que entretanto, pelo helenismo, pelo humanismo, nos toca diretamente. Um história que se aprofunda no passado e, ao mesmo tempo, continua sob os nossos olhos, como se pode ver numa viagem ao monte Ato. No interior de uma unidade bem definida pelas datas, pela geografia, pelos traços específicos dos quais tentei evocar alguns, ela apresenta uma possante originalidade.

Essas são as características gerais que o historiador deve isolar e isolar graças à análise mais especializada, após reunir numa pru-

dente síntese, tomando cuidado em arredondar as arestas mais vivas, temperando o impulso; evitando, em outros termos, de introduzir noções e mesmo responder a questões oriundas de outros tempos e de outros lugares.

Além disso, como cada historiador, no meu modo de entender, deve defender-se de todo o finalismo, porque a expressão “o sentido da história” é justamente desprovido de sentido. Deve êle se ocupar exclusivamente (isso deveria ser uma banalidade, mas muitas obras e artigos mostram que não o é) com êsse *conhecimento objetivo* sobre o qual Jaques Monod discorreu aqui neste mesmo local, com tanto, a algumas semanas. Dizia êle que ela representa uma ascese que tem em si própria seus fins e sua satisfação; que não propõe ou supoe nenhum sistema de valores, mas que ela é *ela mesmo* uma ética — ética do conhecimento verdadeiramente objetivo, pura de toda crença como de todo utilitarismo. Penso que aquilo que é verdadeiro na biologia, o é na história, que conheceu uma idade utilitária, interessada, uma idade romântica também, que conheceu ainda interpretações finalistas ou acomodações mais ou menos teológicas, mas não pode ser senão uma ciência.

Será, bem entendido, nêsse sentido que estudaremos aqui a história de Bizâncio.

*
* *

Senhor Administrador,

Meus caros Colegas,

Permitam-me terminar sonhando um pouco. O estudo de um domínio tão vasto, tão diverso, não se pode conceber senão com a colaboração, sob a direção de diretor de pesquisas, de competência também diversa. E' por definição uma tarefa coletiva. Pronunciando essas palavras, não sacrifico à moda nem à facilidade; acrescento, todavia, à minha tarefa uma dificuldade. Mas uma dificuldade a que não se deve esquivar se pensarmos num resultado duradouro.

Não temo em dizer que gostaria, para os estudos bizantinos visados na sua amplidão e em tôdas as suas relações, uma organização em forma de laboratório; quero dizer, primeiramente, um local onde fôssem reunidos os instrumentos de trabalho e onde se agrupem os pesquisadores.

Sonho, em tôrno de uma biblioteca e muitos gabinetes: num, toda a documentação relativa aos documentos de arquivos e, para começar, milhares de fotografias dos arquivos do monte Atos, que já pos-

suimos e que aumentaríamos; num outro, tudo o que concerne a moedas, inscrições e selos, catálogos, *corpus*, desenhos, *moulages* e estampas; num outro, todos os dicionários, léxicos, glossários, o Tesouro da língua grega; num outro ainda, planos, desenhos, fotografias de monumentos e de suas decorações. Poderia continuar durante muito tempo, sonhando com um gabinete bizantino-eslavo, com um gabinete de cruzadas, etc.

Não é uma utopia: de tudo isso possuímos os elementos, e às vezes muito mais que os elementos, mas dispersos, colocados sob diferentes chefias, desigualmente desenvolvidos, às vezes de maneira bastante viva, às vezes transformados em cousa morta, submissos em todo o caso aos azares que os indivíduos e as administrações são submetidas.

Isso não é, pois, uma utopia, mas é um sonho, e vejo muito bem a distância que separa o sonho da realidade. E, todavia, a partir de tudo o que existe, de tudo que viesse reforçar, para um reagrupamento e um desenvolvimento sistemático, a autoridade e o prestígio do Colégio de França, estou certo que seria realizável. E estou convencido que resultaria não somente numa atividade e numa eficácia acrescidas de estudos que desde já terei a honra de vos apresentar, além de direções de pesquisas novas, que brotaria do choque das curiosidades, do contacto das inteligências, da colaboração das competências.

Permiti-me acreditar que esse sonho acordado não seja absurdamente vão e que ele não vá se dissipar com as minhas últimas palavras. Isto é, neste mesmo momento, porque prenda por muito tempo a vossa atenção.